

A mãe que não tem o que dar de comer aos filhos: narrativas da maternidade em Quarto de Despejo de Carolina Maria de Jesus

The mother who has nothing to feed her
children: narratives of motherhood in Quarto de Despejo by
Carolina Maria de Jesus

Bruno Sanches Mariante da Silva

Doutor em História

Universidade Estadual Paulista (UNESP)

bruno.sanches@upe.br

Júlia Beatriz de Sousa

Graduada em História

Universidade de Pernambuco (UPE)

julia.sousa@upe.br

Recebido: 25/07/2025

Aprovado: 17/11/2025

Resumo: O artigo analisa as narrativas de maternidade presentes em Quarto de despejo: diário de uma favelada (1960), de Carolina Maria de Jesus, buscando compreender como a autora constrói, a partir de sua experiência como mulher negra e mãe solo, uma reflexão sobre as intersecções entre gênero, raça, classe e pobreza. A investigação, de caráter qualitativo e interpretativo, fundamenta-se em referenciais dos estudos de gênero e da história social, articulando literatura e experiência histórica. A análise evidencia que a escrita de Carolina ultrapassa o testemunho individual e se configura como denúncia social e gesto de resistência, ao transformar a maternidade em espaço de dor, força e reivindicação de dignidade. Ao expor a fome, o abandono e a desigualdade estrutural, a autora projeta uma crítica contundente às formas de exclusão das mulheres negras na sociedade brasileira do século XX. Conclui-se que sua obra representa uma contribuição singular à literatura e à historiografia brasileiras, ao reposicionar a favela e a maternidade negra como lugares legítimos de produção de memória, saber e resistência.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus; maternidade; raça; gênero; pobreza.

Abstract: This article analyzes the narratives of motherhood in *Child of the Dark: The Diary of Carolina Maria de Jesus* (1960), aiming to understand how the author, as a Black woman and single mother, constructs a reflection on the intersections of gender, race, class, and poverty. The research, of qualitative and interpretive nature, draws on gender studies and social history frameworks, articulating literature and historical experience. The analysis reveals that Carolina's writing transcends individual testimony and functions as both social denunciation and an act of resistance, transforming motherhood into a space of pain, strength, and the pursuit of dignity. By exposing hunger,

abandonment, and structural inequality, the author offers a powerful critique of the exclusion of Black women in twentieth-century Brazilian society. The study concludes that her work constitutes a singular contribution to Brazilian literature and historiography, repositioning the favela and Black motherhood as legitimate spaces for the production of memory, knowledge, and resistance.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; motherhood; race; gender; poverty.

“Como é horrível ver um filho comer e perguntar: “Tem mais?” Esta palavra “tem mais” fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panelas e não tem mais.” (Jesus, 1994, p.34)

Introdução

A obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus, fonte central desta pesquisa, foi publicada pela primeira vez em 1960 em formato de diário, mantendo a escrita dos cadernos originais da autora. Na produção literária, a autora narra de maneira crítica a sua realidade enquanto mãe solo, mulher negra e pobre, juntamente com seus três filhos: João José de Jesus, José Carlos de Jesus e Vera Eunice de Jesus Lima.

Carolina, autora e narradora-personagem na narrativa, utiliza do seu espaço como escritora para abordar sobre sua dura vivência cotidiana como mãe. Ela apresenta, com criticidade, sua experiência materna, e, através disso, expõe os atravessamentos nos quais está constantemente inserida com seus filhos, como a violência, a fome e o abandono. Suas queixas cotidianas abrem caminho para a construção da problemática central que este texto visa apresentar, isto é, as narrativas da maternidade em *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, de Carolina Maria de Jesus.

Entendemos que a reflexão proposta encontra significativa importância, tendo em vista a escassez de acervo bibliográfico brasileiro que aborde a maternidade de mulheres negras e suas particularidades. *Quarto de despejo* é um testemunho literário singular, de forte cunho crítico-social, que traz uma profunda perspectiva da realidade enfrentada pelas mulheres que residiam nas favelas na década de 1950. A análise das narrativas de maternidade em *Quarto de Despejo* permite reconhecer, em Carolina Maria de Jesus, um sujeito histórico cuja escrita revela dimensões coletivas da experiência materna de mulheres negras e mães solo em situação de marginalização no Brasil.

“É que eu estou escrevendo um livro, para vendê-lo. Viso com esse dinheiro comprar um terreno para eu sair da favela.” (Jesus, 1994, p. 25). O trecho citado da obra *Quarto de despejo: diário de*

uma favelada introduz o debate acerca do significado e das motivações da escrita de Carolina Maria de Jesus, tanto para a autora quanto em sua função social. Sua escrita vai além de uma necessidade de expressão pessoal, conveniente como ferramenta para escapar da realidade opressora da favela, ao mesmo tempo que articula questões interseccionais de raça, classe, gênero e, especialmente, maternidade. Nesse contexto, escrever não era apenas um ato de resistência, mas também uma estratégia de sobrevivência e de projeção de um futuro melhor para si e para os filhos.

Em primeiro plano, torna-se imprescindível apresentar Carolina Maria de Jesus, figura que ocupa simultaneamente os papéis de autora e personagem-narradora da obra *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Na cronologia biográfica organizada por Elizabeth Pereira (2015), presente no *Guia do acervo das obras de Carolina Maria de Jesus*, consta que a escritora nasceu em 14 de março de 1914, na cidade de Sacramento, zona rural de Minas Gerais. Por meio dessa cronologia e da leitura de *Diário de Bitita* (1986), é possível acessar relatos sobre sua infância e trajetória, marcadas pelas limitações impostas por sua condição de filha de uma mulher pobre e analfabeta. A autora nunca conheceu o pai e, desde cedo, enfrentou os impactos da miséria em sua existência. Segundo Pereira (2015), em 1921, teve uma breve passagem pela escola Allan Kardec — o primeiro colégio espírita do Brasil —, possivelmente graças ao apoio financeiro de uma das patroas de sua mãe. Nesse período, aprendeu a ler e escrever, desenvolvendo profundo apreço pela literatura. Contudo, sua educação formal foi interrompida após dois anos, em virtude da migração familiar para Lajeado, Minas Gerais, em busca de novas oportunidades de trabalho.

Em 1937, após a morte de sua mãe, Carolina Maria de Jesus, então com 23 anos, mudou-se para São Paulo, novamente em busca de trabalho e melhores oportunidades, durante um período de acelerada modernização da cidade. Entretanto, em 1948, devido à realidade marcada pela exclusão social e a ausência de políticas públicas de amparo, Carolina se instala na favela do Canindé. Logo nasce seu primeiro filho, João José de Jesus, advindo de uma relação com um marinheiro português que abandona Carolina. Em 1950, nasce o segundo filho, José Carlos de Jesus, fruto de um relacionamento com um espanhol que também a abandona. Três anos mais tarde, em 1953, nasce sua terceira e última filha, Vera Eunice de Jesus, filha do dono de uma fábrica e comerciante cuja identidade nunca foi revelada por Carolina, embora ele seja citado em *Quarto de despejo*. O abandono dos pais dessas crianças compõe significativo fator de agravamento das dificuldades de Carolina, já que como mãe solo, é forçada a sozinha conseguir suprir essas crianças, não apenas financeiramente, mas também afetivamente.

seus três filhos, foi marcada pela exclusão social e a ausência de políticas públicas de amparo. A maternidade, nesse contexto, não apenas intensificou suas dificuldades, como também moldou a forma com que a autora vivenciou a pobreza extrema. Em 1955, Carolina começa a escrever seus diários, já na favela do Canindé, onde narra sobre a necessidade e os desdobramentos de prover sustento para seus filhos sozinha, isso se torna um aspecto central na construção de sua narrativa e na luta diária pela sobrevivência.

Carolina, mãe e escritora

Em março de 1958, Carolina Maria de Jesus apresentou seus cadernos de diários ao jornalista e fotógrafo Audálio Dantas, que estava na favela do Canindé com o intuito de realizar uma reportagem. Dantas, impressionado com a força de sua escrita e sua capacidade de retratar a realidade da favela, prontamente se propôs a ajudá-la com a publicação dos diários. Ele descreveu Carolina como "alguém que tinha o que dizer" (Dantas, 1994, p.3), destacando o valor de sua forma singular de fazer uma denúncia da realidade através de sua narrativa. A publicação de *Quarto de Despejo* se deu em 1960. A obra manteve a estrutura de diário datado escrito pela autora, inclusive os eventuais erros gramaticais e de acentuação também foram preservados nas versões publicadas tal como escrito por Carolina. Entretanto, não se pode dizer que a obra final chega a ser uma cópia fidedigna dos cadernos, já que, no próprio prefácio das primeiras edições, Dantas (1994) afirma ter editado a obra, realizando alguns cortes e selecionando os trechos que, para ele, fossem os mais pertinentes. De qualquer forma, esse respeito ao modo de escrita de Carolina preservou a autenticidade com que ela expressava suas experiências. Foi com essa singularidade que, como documenta Pereira (2015), a autora alcançou a marca de 100 mil exemplares vendidos já nas primeiras edições de *Quarto de despejo*.

Ademais, embora a obra esteja estruturada em formato de diário, tal como os cadernos de Carolina Maria de Jesus, como citado anteriormente, é necessário realizar uma análise crítica da construção de sua narrativa, considerando o caráter autoficcional presente. De acordo com Goes (2019), o conceito de autoficção, cunhado pelo crítico e romancista francês Serge Doubrovsky (1977), se refere à ficção de si e não à ficção do texto. Isso se aplica a *Quarto de Despejo*, pois Carolina adota uma escrita que reproduz, por vezes, uma reinvenção de si (Dalcastagnè, 2007). Além disso, outro ponto importante a se atentar na leitura e análise da obra é que os cadernos foram escritos com a clara intenção de publicação – como na citação que abre esse tópico –, distanciando-se, portanto, do caráter confessional tradicional de um diário. Isto é, Carolina escrevia com objetivo que aquelas páginas fossem, de fato, lidas.

Carolina se reconstrói no processo de escrita, reinventando sua identidade de mãe e escritora. Segundo Priscila Goes (2019, p.6): “Para a ficcionista, escrever é uma forma de estar viva, pois tem consciência de que a sua realidade não basta”. Esse processo de autoficção oportuniza a reflexão acerca das motivações por trás da performance escrita dessa mulher negra, que mora na favela, com pouco estudo.

Carolina sempre se posicionou como escritora ao longo da obra. Diante disso, era evidente sua intenção de publicar seus escritos para que, através disso, surgisse a possibilidade de pertencer e usufruir de outra realidade. Ao longo da obra, Carolina demonstra consciência das dificuldades que enfrentaria para publicar seus escritos, como se observa no relato sobre a devolução dos cadernos por uma editora internacional: “Fui no Correio retirar os cadernos que retornaram dos Estados Unidos. (...) Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros. O The Reader Digest devolvia os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra” (Jesus, 2001, p. 135). Além de refletir a rejeição de sua obra nas suas primeiras tentativas de publicação, fica claro neste trecho que Carolina tinha conhecimento do mercado editorial, inclusive internacional, e das dificuldades que enfrentaria para se inserir nele.

Como escritora negra, periférica e fora dos círculos acadêmicos, especialmente na década de 1950, Carolina desenvolveu uma escrita que, embora por vezes reproduzisse padrões que não a representavam plenamente, pode ser compreendida como estratégia para amenizar a rejeição que sua obra enfrentava — e continuaria a enfrentar. De acordo com a escritora feminista e uma das intelectuais mais influentes no debate sobre raça, classe e gênero, bell hooks (1995), mulheres negras intelectuais estão constantemente criando estratégias para conquistar seu espaço de reconhecimento. Isso se evidencia quando ela afirma:

Temos de desenvolver estratégias para obter uma avaliação crítica de nosso mérito e valor que não nos obrigue a buscar avaliação e endosso críticos das próprias estruturas institucionais e de indivíduos que não acreditam em nossa capacidade de aprender. Muitas vezes temos de ser capazes de afirmar que o trabalho que fazemos é valioso mesmo que não seja julgado assim dentro de estruturas socialmente legitimadas (Hooks, 1995, p. 474).

Em diversos momentos ao longo de *Quarto de Despejo* essa estratégia é perceptível. Há a tentativa de adequar a escrita aos padrões literários já consolidados na época, criando uma dualidade identitária. Ao longo da obra, Carolina transita entre dois registros: o formal e o cotidiano. O primeiro manifesta-se no cuidado, por vezes excessivo, com a conjugação verbal e a busca pela correção gramatical; o segundo, na presença de traços de oralidade que conferem autenticidade ao texto, mas

que frequentemente são julgados como “erros” por leitores e críticos. Claro que não se exclui aqui a outra faceta da formação dessa dualidade do texto de Carolina, que é também acarretada pela sua falta de escolarização formal mesclada ao seu hábito cotidiano de leitura. Contudo, é imprescindível considerar a reflexão proposta por Priscila Goes (2020) acerca da noção de autoficção, especialmente no que tange à produção literária de Carolina Maria de Jesus. A autora sugere que Carolina pode ser compreendida como uma escritora que, ao narrar sua própria trajetória — marcada por experiências à margem das convenções literárias da época —, buscava estabelecer uma linguagem e uma forma de escrita que dialogassem com os hábitos de leitura de um público mais amplo, que ela aspirava alcançar. Nesse sentido, é possível recorrer à potente analogia de Carolina como uma escritora do "quarto de despejo" que desejava ser lida na "sala de estar", metáfora que remete, simultaneamente, às espacialidades da favela e do centro urbano paulistano, simbolizando o deslocamento social e simbólico almejado por sua escrita.

Em diversos momentos no livro, a autora denuncia a favela, posicionando-se como externa àquela realidade; em outros, reconhece sua plena inserção naquele espaço. Sua preocupação em reafirmar seu caráter culto, em contraste com o ambiente que a cerca, fica evidente em trechos como o de 19 de julho de 1955: “Vocês são incultas, não pode compreender. Vou escrever um livro referente a favela. Hei de citar tudo que aqui se passa. E tudo que vocês me fazem. Eu quero escrever o livro, e vocês com estas cenas desagradáveis me fornece os argumentos” (Jesus, 1994, p. 17).

Ao longo de toda a narrativa, a fome é uma constante na escrita de Carolina e seus filhos, que vivem em extrema insegurança alimentar. No entanto, no dia 20 de julho de 1955, ela descreve sua manhã com um notável esforço de reproduzir um cenário que trouxesse dignidade à refeição de sua família:

Preparei a refeição matinal. Cada filho prefere uma coisa. A Vera, mingau de farinha de trigo torrada. O João José, café puro. O José Carlos, leite branco. E eu, mingau de aveia. Já que não posso dar aos meus filhos uma casa decente para residir, procuro lhe dar uma refeição condigna (Jesus, 1994, p. 19).

Em trechos como esse evidencia-se a dualidade da autora, em que autoficção e relato se entrelaçam, sendo resultado da idealização do cenário familiar que ela almeja efetivamente construir e que se baseia no molde de vida burguês do período, que abordaremos adiante no texto. É pertinente ainda ressaltar que não se trata da ficção do texto: nesta manhã descrita na citação acima, este provavelmente foi o café da manhã que Carolina e seus três filhos tiveram. Entretanto, é pertinente analisar o modo de descrever essa manhã, narrando uma realidade alheia à sua. Há um contraste com

os relatos de fome que ela narra cotidianamente sobre sua maternagem, como na seguinte passagem: “Os meus filhos estão sempre com fome. Quando eles passam muita fome eles não são exigentes no paladar” (Jesus, 1994, p. 26). Querido (2012) explora essas múltiplas facetas de Carolina:

[...] dentre elas a Carolina-mãe solteira que luta para criar os filhos; a Carolina-sedutora que tem liberdade de escolher se quer ou não um homem e quando o quer; a Carolina-mulher negra que enfrenta os preconceitos e, por vezes, também demonstra racismo; a Carolina-alienígena na favela porque não se enxerga pertencente àquele lugar; a Carolina-quase policial porque “põe ordem” na favela chamando a Rádio patrulha cada vez que há uma briga; Carolina-intelectual que não só escreve, mas também Lê muito, ouve tangos e valsas e sabe discutir política (Querido, 2012, *apud* Goes, 2019).

Mesmo ao criar passagens onde ela se autofisionaliza como estratégia de escrita, o que Carolina faz é transmitir suas experiências pessoais de forma contundente por meio de suas narrativas. Como a própria autora afirma em vários momentos, para descrever a fome, é preciso conhecê-la. Esse modo de escrever se relaciona com o conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo, que o descreve como uma escrita enraizada na própria vivência, especialmente para as experiências das mulheres afrodescendentes. Como Evaristo (2017) afirma em entrevista ao *El País*:

Escrevivência a gente pode pensar em uma escrita que é profundamente comprometida com a vida, é profundamente comprometida com a vivência, é... Mesmo no processo de ficcionalização eu vou ficcionalizar a partir de fatos, de situações reais, que podem ser da minha vivência ou não, que podem ser em função da minha história particular, como pode ser da minha história coletiva e sempre em uma escrita marcada pela minha condição pela minha vivência de mulher negra na sociedade brasileira (*El País*, 2017, *apud* Oliveira; Sampaio; Silva, 2021, p. 177).

A escrita de Carolina tem um papel fundamental para as mulheres negras brasileiras. Segundo Evaristo (2010), “a mulher negra pode cantar, dançar, cozinhar, se prostituir, mas escrever não; escrever é um exercício que a elite julga que só ela tem esse direito” (Evaristo, 2010, *apud* Oliveira; Sampaio; Silva, 2021, p.179). Por isso, é fundamental a análise de obras como a de Carolina Maria de Jesus, que quebraram paradigmas e começaram a escrever as narrativas que as representam. São escritas marcadas pelo diálogo entre vivências pessoais e coletivas, sobretudo no que diz respeito às experiências de mulheres negras e mães. *Quarto de despejo*, como uma obra escrevivente, transcende a escrita como expressão individual, posicionando-se como um ato político, de resistência e memória. Trabalhar com a literatura negra é contribuir com o movimento de subverter silenciamentos históricos e contribuir para a visibilidade de subjetividades marginalizadas. Obras como a de Carolina Maria de Jesus abrem espaço para muitas outras mulheres negras por apresentar grande importância social,

especialmente para as mães solo, que muitas vezes sacrificam seus próprios sonhos e ambições em prol de seus filhos.

“Tem mais?”: maternidade, fome e resistência na Favela do Canindé

Quarto de Despejo, título da obra em análise, é resultado de uma analogia criada por Carolina Maria de Jesus para retratar sua compreensão do contraste percebido por ela entre a favela do Canindé, onde residia com seus três filhos, e a área central da cidade de São Paulo. Essa percepção fica evidente quando ela relata: “Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo” (Jesus; 2001, p. 33). Carolina aborda, dessa perspectiva interna, que a favela está a um descompasso tão brusco do centro da cidade que não parecem pertencer a um mesmo espaço.

Segundo Ultramari e Andreoli (2021), a favela do Canindé é a primeira favela do estado de São Paulo e contava com aproximadamente 35.000m², cerca de 300 famílias residentes, situada às margens do rio Tietê. Atualmente, a favela não existe mais, pois no período de 1960-1961 as construções da comunidade foram demolidas, e a cidade de São Paulo passou por um período de desfavelização, realocando as famílias residentes para outros espaços (Ultramari e Andreoli, 2021). Historicamente, o surgimento dessa comunidade está ligado aos processos de higienização e modernização acelerada que ocorriam no início do século XX, e principalmente ao grande volume do movimento migratório para as áreas urbanas, como o próprio caso de Carolina. A economista Camila dos Santos Pinto (2023) explora em seu trabalho as condições socioeconômicas do Brasil durante o governo de Juscelino Kubitschek, e, no que tange a essa questão, aborda:

O surgimento e crescimento das favelas é fenômeno relacionado a rápida expansão populacional associado ao déficit habitacional de forma que parcela dessa população se aglomerava em assentamentos urbanos precários que tiveram aumento significativo na década de 1960 um fenômeno não restrito ao Brasil ou à cidade de São Paulo (Pinto, 2023, p. 63).

De acordo com Cláudia Fonseca (1997), no início do século XX há o surgimento de uma nova questão político-estrutural no Brasil: “onde situar os pobres da cidade brasileira no início do século?” (Fonseca, 1997, p. 437). Esse movimento é fruto de um duplo processo. Por um lado, o amplo processo de revitalização e higienização das cidades brasileiras, a partir dos ditames higienistas que invariavelmente apontavam as classes pobres como propagadoras de doenças. Por outro lado, há o

processo gerado pela estabilização do modelo familiar nuclear burguês, que atingiu primeiramente os grupos populares europeus entre os séculos XVIII e XIX, consolidando-se no início do século XX. Os moldes familiares esperados não foram imediatamente incorporados pelos grupos populares brasileiros, também pela impossibilidade de execução do padrão estabelecido, sobretudo para as mulheres.

[...] a maioria dos populares no início do século não abraçaram imediatamente o modelo da família moderna. Sem dúvida, havia entre eles uma enorme variedade de tradições que os imigrantes rurais trouxeram de suas terras de origem. Mas, uma vez na cidade, enfrentam, todos, os mesmos desafios e, em geral, acabam compartilhando de condições semelhantes de vida (Fonseca, 1997, p. 437).

As cidades passaram por processos higienistas de saneamento das vias públicas, que visavam retirar das áreas centrais a população em situação de rua, as prostitutas e os trabalhadores pobres, levando muitos recém-desempregados e operários a viver em regiões marginalizadas. A finalidade era mascarar a imagem da cidade. Inclusive, segundo Pinto (2023, p. 65), a própria favela do Canindé surgiu, entre outras motivações, da vontade de preparar a cidade de São Paulo para as comemorações do seu quadricentenário, dando evidência à correta percepção de Carolina sobre a cidade apresentar um movimento de segregar os favelados no quarto de despejo, onde se deposita os “trapos velhos”, aquilo que não se quer mostrar.

Em 1948, grávida do seu filho João José de Jesus, Carolina vivenciou o processo de favelização ao mudar-se para a favela do Canindé. Construiu ela própria seu barracão com restos de tábuas que lhe foram doadas. Como podemos notar na transcrição de uma entrevista concedida por Carolina, presente na obra *Onde Estaes Felicidade?*:

Eu queria fazer o meu barracão e não tinha dinheiro para comprar tabuas. Estavam construindo a igreja Nossa Senhora do Brasil. Eu resolvi pedir umas tabuas para Monsenhor Carvalho. [...] Eu ia de bonde, e voltava a pé com as tabuas na cabeça. Três dias eu carreguei tabuas dando duas viagens. Demorava as duas horas da manhã. Eu ficava tão cansada que não conseguia dormir. Eu mesma fiz o meu barracãozinho. 1 metro e meio por um metro e meio. [...] sobrou uma tabua de quarenta centímetro de largura era em cima dessa tabua sem colchão que eu dormia (Jesus, 2014, p. 42)

A ausência de estruturas mínimas para a fixação e manutenção de moradia na favela não foi um evento isolado vivenciado apenas por Carolina. A chegada desordenada de diversas famílias às margens do rio Tietê resultou em uma comunidade sem estrutura sanitária e material, situação agravada devido ao desamparo governamental. A autora constantemente escreveu sobre as dificuldades

provenientes da ausência parcial ou completa de recursos básicos, como água, energia elétrica e coleta regular de lixo. Ela narra, por exemplo, a ausência de constância no fornecimento de energia elétrica em sua residência: “É 5 horas. Agora que o senhor Heitor ligou a luz! [...] Preciso de dinheiro para pagar a luz. Aqui é assim. A gente não gasta luz, mas precisa pagar” (Jesus, 1994, p. 14).

Uma questão latente na construção da narrativa de Carolina é a forma como o abastecimento de água se dava na comunidade. Havia apenas uma torneira para abastecer toda a favela. Dessa forma, os moradores, especialmente as mulheres, que eram as principais encarregadas pelo cuidado das crianças e dos barracões, tinham que levantar-se antes do sol nascer para disputar uma vaga na fila que se formava na torneira diariamente pelas manhãs, caso quisessem ter água para realizar as tarefas do dia. Carolina discursa: “Levantei as 5 horas e fui carregar água.” (Jesus, 1994, p. 167). Conforme Pinto (2023), ao analisar as tensões enfrentadas na favela do Canindé, advindas de deficiências socioeconômicas e estruturais, observa que: “Uma única torneira abastecia os moradores da Favela do Canindé. Buscar água era um momento de tensão entre os moradores, cada um com suas latas e uma fila que começava a se formar antes do amanhecer.” (Pinto, 2023, p. 68).

Ao analisar os fundamentos das problemáticas associadas à favela enquanto espaço social, Pinto (2023) propõe um método interpretativo que organiza tais dinâmicas em três eixos centrais: a degradação material, a degradação moral e o estigma. Carolina Maria de Jesus, como moradora desse território, tem sua experiência marcada de forma transversal por esses três pilares. A degradação material, em particular, ocupa lugar central em sua narrativa, revelando-se em condições tão extremas que a impedem de reconhecer o local onde vive como um espaço que possa ser concebido como "lar":

[...] Cheguei na favela: eu não acho o jeito de dizer cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal, o lixo podre exalava mau cheiro. (Jesus, 1994, p. 42)

A figura materna e a infância nas favelas são elementos centrais na formação desse cenário. Isso ocorre porque, majoritariamente nas famílias da favela, há um grande número de crianças, como Carolina relata: “Na favela tem muitas crianças. As crianças são sempre em maior número. Um casal tem 8 filhos, outro tem 6 e daí por diante” (Jesus, 1994, p. 72). E prossegue: “Todas as famílias que residem na favela tem filhos” (Jesus, 1994, p. 39). Nesse contexto, a questão da maternidade e da infância torna-se essencial para a análise das dinâmicas sociais da favela do Canindé. Ao refletir sobre os mecanismos mobilizados por famílias que enfrentam condições estruturais precárias e vivem em contextos de vulnerabilidade social, a historiografia tem apontado para a adoção de estratégias coletivas

de sobrevivência e cuidado infantil como uma prática recorrente entre os setores populares. Tais arranjos solidários constituem formas de enfrentamento das adversidades cotidianas e revelam dinâmicas de criação compartilhada como elemento estruturante da vida comunitária nesses contextos. Esse comportamento é fundamental para garantir a existência de tantas crianças em espaços onde a estrutura familiar tradicional nem sempre está presente ou é plenamente funcional.

Se as crianças não tivessem passado a ser responsabilidade de todo o grupo de parentesco, se não tivessem elas circulado facilmente entre vários adultos, é difícil imaginar como essa população teria se reproduzido. A precariedade da família conjugal tem sido uma constante na história dos grupos populares no Brasil (Fonseca, 1997, p. 22)

A circulação das crianças pela comunidade é um aspecto retratado de maneira marcante na obra *Quarto de Despejo*, especialmente quando Carolina relata sua rotina de deixar seus filhos sozinhos para trabalhar na coleta de materiais recicláveis, sua principal fonte de renda. É durante esses períodos de ausência materna, em que as crianças ficam involuntariamente sozinhas na favela, que ocorrem diversos conflitos entre elas e os vizinhos. Carolina, em diferentes momentos, descreve episódios de agressões sofridas por seus filhos, além de revelar algumas experiências traumáticas vividas pelas crianças, que muitas vezes se veem expostas a situações de violência e acontecimentos precoces que marcaram suas percepções infantis.

E vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os péssimos vizinhos que eu tenho não dão socorro aos meus filhos (Jesus, 1994, p. 9).

E eu estou revoltada com que as crianças presenciam. Oh! se eu pudesse mudar daqui para um núcleo mais decente (Jesus, 1994, p. 10).

As vezes eu saio, ela vem até a minha janela e joga o vaso de fezes nas crianças” (Jesus, 1994, p. 13).

A D. Rosa, assim que viu o meu filho José Carlos começou a imprimar com ele. Não queria que o menino passasse perto do barracão dela. Saiu com um pau para espancá-lo (Jesus, 1994, p. 13).

Os relatos da autora evidenciam uma enorme preocupação de mãe com a criação dos seus filhos na comunidade. Para Carolina, a favela é um ambiente gerador de más condutas, por isso o seu – e de seus filhos – maior sonho é um dia residir em uma casa de tijolos. Este desejo é evidenciado no clamor de José Carlos, quando disse à sua mãe: “-Não fique triste mamãe! Nossa Senhora Aparecida há de ter

dó da senhora. Quando eu crescer eu compro uma casa de tijolos para a senhora.” (Jesus, 1994, p. 14). A casa de tijolos relatada por eles não seria apenas a materialização de uma casa mais bem estruturada, mas também a realização de residir em um local com melhores condições de vida, como um todo, retirando seus filhos do ambiente que ela aponta como aquele que corrompe, como evidenciado na passagem:

As vezes mudam algumas famílias para a favela, com crianças. No inicio são iducadas, amaveis. Dias depois usam o calão, são soezes e repugnantes. São diamantes que transformam em chumbo. Transformam-se em objetos que estavam na sala de visita e foram para o quarto de despejo (Jesus, 1994, p. 34).

A infância que se é possível ter dentro da favela priva as crianças de acessos básicos, como segurança alimentar, física e psicológica, enquanto são expostas a situações de violência, alcoolismo, morte e fome. A adultização dessas crianças, no processo inevitável de socialização, as faz reproduzir comportamentos precoces para a faixa etária. Carolina expõe que teve conversas com seu filho de apenas 11 anos, que só pretendia ter quando ele fosse maior de idade: “Mas quem reside na favela não tem quadra de vida. Não tem infância, juventude e maturidade. O meu filho, com 11 anos já quer mulher. Que ele precisa tirar o diploma de grupo. E estudar depois, que o curso primário é muito pouco” (Jesus, 1994, p. 82).

A maior insatisfação e revolta de Carolina, como mãe, é não ter o que dar de comer para os filhos. Essa recorrência se deve ao fato de que, mesmo trabalhando diariamente e de forma exaustiva como mãe solo, ela não tem dinheiro para prover segurança alimentar para as três crianças, o que rouba sua vontade de viver. O sentimento é narrado diversas vezes, como em um diálogo que teve com Nenê, professora do seu filho João José: “Disse-lhe que ando muito nervosa e que tem hora que eu penso em suicidar. Ela disse-me para eu acalmar. Eu disse que tem dia que não tenho nada para os meus filhos comer” (Jesus, 1994, p. 92). Esta narrativa transmite a angústia que Carolina sente ao, cotidianamente, não ter certeza se seus filhos terão o que comer.

No prefácio da obra, Dantas (1994) chama atenção para a recorrência do tema da fome, evidenciada como a principal preocupação cotidiana de Carolina, sobretudo em sua condição de mãe. A autora recorre à expressão “A amarela” para nomear a fome, construindo uma analogia sensível que expressa a intensidade do sofrimento físico e psicológico associado à privação alimentar. Para Carolina, a fome possui cor: ela é amarela, pois, nos momentos de extrema escassez, tudo ao seu redor — o céu, as árvores, os animais, as pessoas — adquire essa tonalidade, como forma de traduzir a experiência sensorial do limite da sobrevivência. Como sintetiza Dantas (1994, p. 3): “Ela descobriu que as coisas

todas do mundo — o céu, as árvores, as pessoas, os bichos — ficavam amarelas quando a fome atingia o limite do suportável. Carolina viu a cor da fome, a amarela.”. Além disso, Carolina utiliza a expressão “escravatura atual” (Jesus, 1994, p. 27) como outra forma de nomear a fome, estabelecendo uma relação simbólica entre a condição de mulher negra e a sujeição imposta pela miséria. A metáfora evidencia como a fome opera, para ela, como um mecanismo contemporâneo de subjugação e exclusão social.

Carolina Maria de Jesus se configura como um sujeito histórico de relevância ao representar, em sua escrita, seu cotidiano enquanto mulher negra, mãe solo, que precisou prover a subsistência não apenas para si, mas também para suas três crianças na década de 1950. Embora não tenha plena consciência de estar inserida em um contexto de modernização acelerada e de crise de abastecimento que marcou profundamente o período e afetou de maneira mais incisiva as camadas populares, Carolina Maria de Jesus registra com notável sensibilidade os efeitos dessas transformações em sua vivência cotidiana na favela. Sua escrita, ao revelar as dificuldades estruturais enfrentadas pelas famílias marginalizadas, configura-se como um valioso documento social e histórico, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as desigualdades sociais de sua época. Como aponta o historiador Sydenham Lourenço Neto (2011), além do crescimento desordenado dos centros urbanos e da consequente proliferação de favelas, o êxodo rural intensificado na década de 1950 provocou crises de abastecimento. Apesar dos avanços modernizadores em curso no país, estes se concentraram principalmente no setor de bens de consumo, ao passo que os meios de produção agrícola permaneceram defasados, incapazes de atender às novas demandas alimentares da população em expansão.

A imagem dos anos 50 período de grande crescimento econômico e modernização da sociedade parece ter sido construída sem levar em conta que na mesma época um contingente expressivo na população, especialmente as camadas mais pobres das cidades parece ter convivido sistematicamente com a carestia e o desabastecimento de produtos essenciais (Lourenço Neto, 2011, p. 8).

Um dos indícios mais fortes da presença da fome na obra de Carolina, além de narrá-la diretamente, é a constante descrição dos alimentos. A comida não é algo natural a ponto de aparecer na obra como coadjuvante, ela protagoniza diversos enredos na vida de Carolina e seus filhos. A insegurança alimentar faz com que um dia com uma alimentação mais próxima da ideal se torne motivo de celebração aos membros da casa: “Fui fazendo o jantar. Arroz, feijão, pimentão e chouriço e mandioca frita. Quando a Vera viu tanta coisa disse: hoje é festa de negro!” (Jesus, 1994, p. 43).

Entretanto, esse cenário de fartura é incomum na rotina de mãe de Carolina, que vive em um constante estado de preocupação com a presença, quantidade e qualidade da comida na vida dos seus filhos. Mesmo quando se está a comer, ela já pensa em quando os filhos pedirão mais e não haverá. Sobre essa preocupação, ela descreve: “Como é horrivel ver um filho comer e perguntar: ‘tem mais?’ Esta palavra ‘tem mais’ fica oscilando dentro do cérebro de uma mãe que olha as panela e não tem mais.” (Jesus, 1994, p. 34).

O historiador Bruno Sanches Mariante da Silva (2024), em artigo sobre alimentação infantil e assistência social no Brasil na metade do século XX, destaca que a falta de acesso a uma alimentação equilibrada pode surgir de múltiplos fatores: econômicos, políticos, sociais e ambientais. Dentre as várias facetas da fome - a ausência completa de comida, pular as refeições, comida de baixa qualidade ou com quantidade nutricional insuficiente -, Carolina e seus filhos oscilam por cada uma dessas de forma brusca ou constante. Ser uma boa mãe de forma completa, na década de 1950, implicava em ter “brasileirinhos fortes e saudáveis” (Silva, 2024, p. 1). Porém, Carolina não tinha de onde prover recursos para assegurar essa realidade para seus filhos. Sobre essa condição, escreveu muitas vezes por raiva, por vezes tristeza, por não ser a mãe idealizada socialmente.

“Revolto-me. Depois domino-me.”: a maternidade como fardo e resistência.

De acordo com Conceição Evaristo (2005), olhar acerca da maternidade negra no Brasil apresenta diversas lacunas, pois se remete às mães pretas – mulheres negras em condições de escravidão designadas ao exercício do cuidado, como cuidar dos filhos dos senhores, enquanto os seus próprios eram vendidos ou ficavam sob os cuidados de terceiros ou de um coletivo – do que mesmo a maternagem hodierna das mulheres negras e suas subjetividades. Segundo a autora, “um aspecto a observar é a ausência de representação da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra, perfil delineado para as mulheres brancas em geral. Mata-se no discurso literário a prole da mulher negra.” (Evaristo, 2005, p. 53). Nesse aspecto, a reflexão pertinente a ser feita é: no que impacta a não representação da maternidade negra?

Atualmente, as mulheres negras mães herdam uma carga histórica de um período em que sua maternidade foi objetificada e vista apenas como fonte de renda por senhores, mulheres vistas como fábricas de mercadoria. Como a própria Carolina nos lembra: “os negros foram escravizados por quase 400 anos” (Jesus, 1986, p. 27), por isso hoje sofrem os impactos da resistência social em reconhecer e prestar assistência às mulheres negras como mães dos seus próprios filhos. E, justamente sobre isso, a historiadora Beatriz Nascimento (2018) destaca:

Contrariamente à mulher branca, sua correspondente no outro polo, a mulher negra, pode ser considerada como uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, como tendo um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas como produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho. Por outro lado, além da sua capacidade produtiva, pela sua condição de mulher, e, portanto mãe em potencial de novos escravos, dava-lhe a função de reproduutora de nova mercadoria, para o mercado de mão de obra interno. Isto é, a mulher negra é uma fornecedora de mão de obra em potencial, concorrendo com o tráfico negreiro (Nascimento, 2018, p. 81).

Silva e Nunes (2022) destacam a obra de Carolina como uma importante ferramenta de denúncia e críticas à essa negação estrutural do Estado para a maternidade negra, implicando diretamente nos direitos dessas mulheres de serem mães plenas e de seus filhos de vivenciarem uma infância de direitos. Ao longo de sua obra, Carolina revela repetidamente pensamentos suicidas diante das adversidades que enfrenta. Sua escrita também é marcada por diversas passagens que expressam intensamente o cansaço físico e emocional diante das condições precárias de vida, o que fica perceptível em trechos como:

Tenho que levar a minha filha Vera Eunice. Ela está com dois anos, e não gosta de ficar em casa. Eu ponho o saco na cabeça e levo-a nos braços. Suporto o peso do saco na cabeça e suporto o peso da Vera Eunice nos braços. Tem hora que revolto-me. Depois Domino-me. Ela não tem culpa de estar no mundo (Jesus, 1994, p. 19).

Ao expressar sua revolta nesse trecho, Carolina retrata os impactos que o fardo da maternidade solo acarreta na vida da mulher negra e o quanto é exaustivo ter que dar conta sozinha do cuidado das crianças e, ainda do seu trabalho como catadora de materiais recicláveis. Há tanto para se fazer sozinha que os próprios filhos percebem que a mãe sofre muito mais por fazer tudo sem nenhuma rede de apoio, a ponto do seu filho José Carlos, ao ver a luta de sua mãe, perguntar: “Porque é que a senhora não casou-se? Agora a senhora tinha um homem para ajudar” (Jesus, 1986, p. 77).

Entretanto, Carolina, ao abordar sua vida amorosa, sempre afirma que prefere estar só, pois nenhum homem aceitaria uma mulher que prioriza seu exercício de escrita. Sobre tal escolha, ela externa: “...um homem não há de gostar de uma mulher que não pode passar sem ler. E que levanta para escrever. E que deita com lápis e papel debaixo do travesseiro. Por isso é que eu prefiro viver só para o meu ideal.” (Jesus, 1994, p. 44). Essas falas refletem não apenas a imagem de uma mulher independente, mas também sua condição solitária enquanto mulher negra, já que em outras passagens de seu diário Carolina afirma o desejo de ter um relacionamento, como quando manifesta: “Ele disse-

me que quer casar-se comigo. Olho e penso: este homem não serve para mim. Parece um ator que vai entrar em cena. Eu gosto dos homens que pregam pregos, concertam algo na casa. Mas quando estou deitada com ele, acho que ele me serve.” (Jesus, 1994, p. 119). Essa resistência em aceitar a construção de novas relações amorosas pode ser compreendida não apenas como o reflexo das normas morais vigentes na década de 1950 — que restringiam a liberdade sexual e afetiva das mulheres, sobretudo das mães solteiras —, mas também como um gesto de autonomia e autopreservação. Ao recusar submeter-se a novos vínculos de dependência, a autora reafirma sua escolha pela autossuficiência emocional e material, subvertendo o modelo patriarcal que associava o valor feminino ao casamento e à domesticidade. Tal postura, ao mesmo tempo em que dialoga com as restrições impostas às mulheres do período, revela um ato de resistência simbólica e de afirmação de dignidade — elementos recorrentes na escrita e na trajetória de Carolina Maria de Jesus.

Silva (2020), ao analisar a ação de uma instituição de assistência social, destaca que o julgamento moral sobre a mulher que fosse mãe e permanecesse solteira era bastante grande. O autor cita o periódico *Boletim da LBA*, que enfatiza:

A “mãe solteira” não constitue um problema se o companheiro (a figura paterna) permanece ao seu lado constituindo um núcleo familiar. Por outro lado se converte em um fator de decomposição social, quando tentar constituir um núcleo familiar procurando estabilizar um lar, porém recorrendo a distintos concubinos. É, portanto, mister que se fortaleça o instinto da família como fator preventivo de problemas complexos tais como os de menores com transtornos de conduta, menores abandonados, delinquência juvenil, ilegitimidade, analfabetismo, etc (Boletim da LBA apud Silva, 2020, p.12).

Nesse sentido, observamos que Carolina também dedica espaço em sua obra para analisar e julgar o comportamento de suas vizinhas, que se relacionam com diferentes homens após ter filhos, comportamento que Carolina reprova com veemência, colocando-se como diferente dessas mulheres, ainda que por vezes, reproduza a mesma prática. O julgamento e a culpa se misturam e se anulam dentro da narrativa de maneira constante. Essa crítica às condutas de algumas mulheres que também moram na favela, segundo Fonseca (2000), está diretamente ligada à consolidação dos padrões burgueses na urbe brasileira, onde a moralidade ao incidir sobre as mulheres consolidou diversas características condenáveis para uma boa imagem feminina. A particularidade mais característica desse novo padrão foi que nunca houve um modelo bem definido e estático de como as mulheres deveriam ser para serem consideradas de valor. Nisso, as mulheres recorrentemente eram – e ainda são – submetidas a um escrutínio rigoroso, e, nesse aspecto, ser mulher era, quase sempre,

incurrer em comportamento imoral, sobretudo as mulheres pobres e negras.

Nas primeiras décadas do século XX, a maternidade era representada como parte indelével da essência feminina, ganhando também nuances de “missão divina” e “ato patriótico por excelência”. Tendo em vista que a natureza feminina, assim como a masculina, eram bem definidas, os papéis sociais para que homens e mulheres desempenhassem também eram bastante delimitados e claros.

Ser mãe, esposa e dona de casa era considerado o destino natural das mulheres. Na ideologia dos Anos Dourados, maternidade, casamento e dedicação ao lar faziam parte da essência feminina; sem história, sem possibilidade de contestação. A vocação prioritária para a maternidade e a vida doméstica seriam marcas de feminilidade, enquanto a iniciativa, a participação no mercado de trabalho, a força e o espírito de aventura definiriam a masculinidade (Pinsky, 2010, p. 609-610).

Essa concepção reforça a naturalização da maternidade como destino e função social das mulheres, servindo de parâmetro moral que marginalizava outras formas de existência feminina. No caso de Carolina Maria de Jesus, essa ideologia pesava de forma ainda mais excludente: como mulher negra e mãe solo, ela vivenciava as contradições entre o ideal burguês de maternidade e a realidade da sobrevivência na favela, o que torna sua escrita um gesto de denúncia e de subversão desses modelos normativos.

Ademais, conforme observa Fonseca (2000), aos homens que exerciam a paternidade na década de 1950 era socialmente atribuída uma função restrita e predominantemente econômica. Diferentemente das mulheres, cuja maternidade era associada ao cuidado cotidiano e à presença afetiva, esperava-se dos pais, sobretudo, a contribuição financeira para o sustento dos filhos. O simples cumprimento dessa função já era suficiente para que fossem socialmente reconhecidos como tendo “cumprido seu papel” enquanto pais, evidenciando uma assimetria de gênero na construção das responsabilidades parentais no período. Sobre a presença paterna na vida da sua filha, Vera Eunice, Carolina disserta: “Eu não posso contar com o pai dela. Ele não conhece a Vera. E nem a Vera conhece ele. Tudo na minha vida é fantástico. Pai não conhece filho, filho não conhece pai” (Jesus, 1994, p. 59). Em grande parte da narrativa, pai e filha nem ao menos se conheciam. Entretanto, em dado momento, o pai da sua filha Vera Eunice vai visitá-la, e é o único dos três pais dos filhos de Carolina que apresenta alguma relação com ela e a filha. Ainda assim, a figura desse pai permanece ausente, pois apenas ajuda financeiramente na criação da Vera, e de maneira inconstante e insuficiente.

Segundo o relato de Carolina, mesmo sendo apenas uma criança pequena, sua filha mais nova, Vera Eunice, se revolta quando descobre que seu pai não depositou dinheiro para ela, e sua frustração a faz dizer: “Mamãe, meu papai não presta!” (Jesus, 1994, p. 146). Mas a ingenuidade dela como criança,

a faz também esquecer temporariamente o abandono afetivo e financeiro do pai assim que ele retorna a auxiliar financeiramente, e nesses momentos ela declara: “-Agora gosto do meu pai.” (Jesus, 1994, p. 159). É importante analisar a construção dessa relação entre a mãe e o pai de Vera, único dos pais citados na obra, que, mesmo ele sendo retratado como um homem rico e que desfruta de uma vida confortável, contrasta com a realidade de sua filha Vera, que vive em condições miseráveis.

Embora a ausência paterna ampliasse o fardo emocional e financeiro do cuidado com os filhos, Carolina Maria de Jesus revela, em diversos trechos de sua obra, certa compreensão em relação à atitude desses pais, especialmente do genitor de sua filha Vera. O ato de cuidar dos filhos é tão profundamente – e exclusivamente – associado às mulheres que Carolina parece entender, ainda que com resignação, a decisão desses homens de abandonar suas responsabilidades para seguir com suas vidas. Essa escolha, no entanto, a coloca em uma situação de sobrecarga e vulnerabilidade. Carolina frequentemente se responsabiliza e se culpa por ter tido filhos com esses homens, evidenciando esse sentimento em passagens sobre arrependimento: “Tem hora que revolto comigo por ter iludido com os homens e arranjado estes filhos” (Jesus, 1994, p. 78). Essa fala expõe como, além de suportarem o peso do abandono, as mulheres – e de novo, sobretudo, as pobres e negras – eram responsabilizadas até mesmo pela negligência paterna, refletindo uma estrutura que perpetuava a desigualdade de gênero e o silenciamento das mães.

Apesar de Carolina relatar que trabalha diariamente, muitas vezes até à exaustão, ela não tem dinheiro nem tempo para cuidar de si mesma ou atender, minimamente, aos seus desejos. Suas necessidades enquanto mulher ficam em segundo plano, enquanto ela prioriza seu papel de mãe e a subsistência de seus filhos. No entanto, quando não se tem dinheiro sequer para alimentar as crianças, tudo o mais fica em segundo plano. Carolina coloca suas próprias necessidades de lado em diversas situações, mas, quando o mínimo é inacessível, o que está em segundo plano nunca tem vez. Dessa forma, a mulher Carolina sempre perde espaço para a mãe Carolina. Nessa perspectiva, Carolina narra: “O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortável, mas não é possível” (Jesus, 1998, p. 19). Esse trecho ilustra certo conflito em Carolina, posto que ela almeja desde um cuidado básico, como andar limpa, como também o de usar roupas de alto preço. Interessante apontarmos que ambos, mesmo que economicamente bem distantes um do outro, parecem inacessíveis à realidade de Carolina Maria de Jesus e de seus filhos. Nesse sentido, percebemos que entre seus desejos pessoais e as exigências da maternidade, suas próprias necessidades são sacrificadas para garantir a sobrevivência de seus filhos. Ela expressa o desejo de andar limpa e bem-arrumada, como as mulheres da *sala de estar*, mas sabe que, em sua realidade, de *quarto de despejo*, isso é

inviável.

A maternidade, para Carolina, é simultaneamente um fardo e uma motivação para seguir em frente. Ver seus filhos passarem fome a faz pensar em tirar a própria vida, mas, ao mesmo tempo, são eles que a incentivam a continuar viva, pois dependem exclusivamente dela. A impossibilidade de prover segurança alimentar para suas crianças a impede de ser a mãe completa que deseja ser, de acordo com os padrões da época, se tornando o motivo mais apontado para sua desilusão com a vida. Carolina relata essa frustração ao discorrer sobre a manhã do Dia das Mães, momento que esse sentimento é evidenciado quando ela, ao contemplar a beleza do amanhecer do dia, escreveu: “Dia das mães. (...) Parece que ate a Natureza quer homenagear as mães que atualmente se sentem infeliz por não poder realizar os desejos dos seus filhos” (Jesus, 1994, p. 26).

Durante seu período de puerpério, Carolina relata ter ficado sozinha na favela, sem forças nem para mudar de posição na cama e sem ninguém para ajudá-la.

...Quando nasceu a Vera eu fiquei sosinha aqui na favela. Não apareceu uma mulher para lavar minhas roupas, olhar meus filhos. Os meus filhos dormiam sujos. Eu fiquei na cama pensando nos filhos, com medo deles ir brincar nas margens do rio. Depois do parto a mulher não tem forças para erguer um braço. Depois do parto eu fiquei numa posição incomoda. Até quando Deus deu-me forças para ajeitar-me (Jesus, 1994, p. 51).

Trechos como esse evidenciam a força compulsória atribuída à mulher negra e pobre — uma força imposta pela ausência de apoio e pela necessidade de sobrevivência. Essa discussão remete a questões já apontadas pela historiografia, que demonstram como o feminismo, em diversos momentos, concentrou-se em pautas que não contemplavam plenamente as experiências das mulheres negras, como o combate ao estereótipo da “fragilidade feminina” ou a reivindicação da liberação do trabalho doméstico. Diferentemente dessas representações, as mulheres negras nunca foram socialmente reconhecidas como frágeis: trabalharam desde sempre, dentro e fora do lar, sustentando a si e aos outros em contextos de desigualdade estrutural. Sobre esse debate, a filósofa Sueli Carneiro (2011) disserta:

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justificou historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres, de que mulheres estamos falando? Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos

parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhas e de senhores de engenho tarados (Carneiro, 2011 *apud* Silva; Nunes, 2022, p. 12).

As reflexões de Sueli Carneiro dialogam diretamente com a condição de Carolina Maria de Jesus, cuja escrita denuncia a ausência de fragilidade e a necessidade de força compulsória que marcam a vida das mulheres negras pobres. A autora encarna essa resistência em sua experiência cotidiana, transformando o trabalho, o cuidado e a escrita em instrumentos de sobrevivência e dignidade. Nesse sentido, a maternidade em *Quarto de despejo* aparece como uma extensão desse fardo histórico — mas também como espaço de luta e de afirmação.

Ao refletir sobre as experiências de Carolina Maria de Jesus, é fundamental ampliar o olhar sobre a maternidade e a maternagem a partir das contribuições das feministas negras, que tensionam as leituras universalizantes de gênero e maternidade. Autoras como Patricia Hill Collins (2019), bell hooks (2019) e Angela Davis (1981) destacam que a maternagem negra constitui uma prática política de resistência e sobrevivência em contextos marcados pela opressão racial, econômica e patriarcal. No Brasil, Lélia Gonzalez (2021), Sueli Carneiro (2003) e Carla Akotirene (2019) reforçam que o racismo estrutura as relações sociais e redefine as formas de ser mãe, mulher e trabalhadora, evidenciando que os feminismos são múltiplos e atravessados por experiências históricas e culturais específicas.

Nesse sentido, a figura materna construída por Carolina pode ser compreendida não apenas como expressão de afeto e cuidado, mas também como gesto de resistência diante de um sistema que historicamente desumaniza as mulheres negras e pobres. A maternagem, em sua escrita, converte-se em linguagem política, afirmindo a vida em meio à precariedade. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que o patriarcado não afeta de modo uniforme homens e mulheres: seus efeitos variam conforme as posições raciais e sociais. Assim, homens negros e brancos vivenciam de formas distintas as hierarquias de gênero, e as mulheres negras, como Carolina, são atingidas simultaneamente pelas desigualdades de raça, gênero e classe.

Inserir essas perspectivas na análise permite compreender que *Quarto de despejo* não se limita a um relato de pobreza e exclusão, mas constitui também uma reflexão sobre o modo como a escrita e a maternagem se entrelaçam na experiência negra feminina, desafiando as fronteiras entre esfera privada e política.

Carolina, ao longo da obra, demonstra uma profunda preocupação com a educação de seus filhos. Como uma mulher negra e pobre que não pôde concluir os estudos, ela se emociona ao vê-los

alfabetizados, como evidencia a passagem: “... Eu estou contente com os meus filhos alfabetizados. Compreendem tudo.” (Jesus, 1994, p. 123). Em outro momento, Carolina narra que chegou à favela e não encontrou seus filhos, que haviam saído para pedir esmola, e ela, em resposta, os orientou a fazer a lição de casa. Esse posicionamento não reflete uma negação da necessidade de recursos — afinal, os trocados obtidos pelas crianças eram de grande importância para a subsistência da família —, mas revela a preocupação de Carolina em evitar que seus filhos sejam acometidos pela herança estrutural da miséria. Para ela, incentivar os filhos a estudar representa uma forma de romper com a estratificação social e, assim, construir um futuro menos marcado pela precariedade.

Assim, ficam evidentes as múltiplas camadas de opressão que atravessam a experiência de uma mulher negra, mãe solo de três crianças, nos anos 1950. Sua escrita desnuda as dificuldades da maternidade na pobreza extrema, a luta constante contra a fome, a preocupação com a educação dos filhos e a sobrecarga gerada pelo abandono paterno. Apesar das adversidades, Carolina constrói um testemunho potente de resistência, questionando a negligência estrutural do Estado e a perpetuação de desigualdades sociais. Sua narrativa transcende o pessoal, tornando-se uma denúncia social e um marco na literatura brasileira, que evidencia a força e a vulnerabilidade de uma maternidade vivida em contextos de marginalização. Assim, Carolina firma-se como um sujeito histórico e literário indispensável para compreender as interseções de raça, gênero e classe no maternar negro no Brasil da década de 1950.

Considerações finais

Pobre mãe perambulava
Com os olhos fixos no chão
Como poderei viver
Nesta negra condição...
Percorria com o olhar o espaço
E volvia-o novamente ao solo
Com meiguice acariciava
O filho que tinha ao colo.
Pobre mulher, onde vai?
Que triste destino é o teu
Estou procurando o papai
O bom amiguinho meu...
Vivo errante e descontente
Minha existência é uma luta
Eu imploro ao Deus clemente
Só ele é bom e me escuta...

Para onde vamos, filho meu!
Não temos teto, e nem pão
Vosso pai desapareceu
Deixou-lhe na solidão...
Meu filho! Porque sofre assim
Se ainda não tens pecado
Se a morte lembrar-se de mim
Ficarás desamparado.
Sem ter quem vele os teus passos
Com carinhos e sacrifícios
Tu cairás nos laços
Que são os péssimos vícios.
A mãe perambulando
Tudo isto lhe vem na mente
Contempla o filho e chorando
Exclama—pobre inocente!

(Carolina Maria de Jesus, 1996).

O poema sintetiza de forma lírica e dolorosa os temas que atravessam *Quarto de despejo*: a maternidade vivida na solidão, o abandono paterno e a luta cotidiana pela sobrevivência. Ao retratar uma mãe que caminha sem rumo, em diálogo com Deus e com o filho, Carolina transforma em poesia a experiência de desamparo e resistência que marca a vida das mulheres negras pobres. O tom confessional e a alternância entre fé, cansaço e ternura revelam não apenas o sofrimento individual, mas também o caráter coletivo dessa maternidade extenuada pela exclusão social. O gesto de “acariciar o filho ao colo” torna-se, assim, símbolo de persistência e amor em meio à precariedade — o mesmo gesto que perpassa toda a sua obra.

O presente estudo teve como objetivo analisar as narrativas de maternidade em *Quarto de despejo*, de Carolina Maria de Jesus, focalizando a relação entre maternidade negra, infância, pobreza extrema, abandono paterno e contexto político da década de 1950. Buscou-se evidenciar como a autora, a partir de sua própria experiência, constrói uma representação multifacetada da maternidade, atravessada pelas interseções entre gênero, raça e classe social.

A leitura de *Quarto de despejo* revela uma concepção complexa da condição feminina em contextos de exclusão. A maternidade, nesse universo, surge como força de resistência e, ao mesmo tempo, como espaço de dor, frustração e sobrecarga. Ao transformar sua vivência individual em denúncia social e testemunho histórico, Carolina Maria de Jesus articula as dimensões da fome, do abandono e da desigualdade, inscrevendo-se como uma das vozes fundadoras da escrita de si em

perspectiva popular e feminina. Sua obra rompe o silenciamento imposto às mulheres negras e repositiona a favela como espaço legítimo de produção de saber, memória e resistência — contribuição decisiva para a literatura brasileira e para a historiografia social.

A análise das metáforas da “amarela” e da “escravatura atual” ampliou a compreensão sobre como a autora traduz, em linguagem literária, as marcas da privação alimentar e da opressão cotidiana. Ao enfatizar a educação dos filhos como horizonte de transformação, Carolina expressa um projeto de futuro que ultrapassa a sobrevivência e afirma a dignidade das mulheres negras como agentes de mudança.

Reconhece-se, como delimitação desta reflexão, a concentração na análise de *Quarto de despejo* sem o aprofundamento de outras obras da autora — como *Diário de Bitita* e *Casa de Alvenaria* — que poderão ser exploradas em estudos posteriores. Investigações futuras poderão incluir também sua produção poética, abordando as relações entre maternidade, infância e memória.

Mais do que revisitar a obra de uma autora marginalizada em sua época, este trabalho pretende contribuir para o reconhecimento da escrita de Carolina Maria de Jesus como fonte histórica e literária fundamental, propondo a maternidade negra como categoria analítica central para uma historiografia sensível às experiências de resistência e cuidado. Assim, reafirma-se o compromisso com a construção de um acervo historiográfico de caráter decolonial, que valorize as mulheres negras como sujeitos históricos e produtores de sentidos plurais de existência, sobrevivência e afeto.

Referências bibliográficas

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

CARNEIRO, S. Enegrer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: HOLANDA, H. B. de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 313-321.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

DALCASTAGNÈ, R. A autorrepresentação de grupos marginalizados: tensões e estratégias na narrativa contemporânea. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 18-31, dez. 2007.

DANTAS, A. A atualidade no mundo de Carolina. In: JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1994.

DAVIS, A. **Mulher, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, C. Da representação à autoapresentação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares – Cultura Afro-brasileira**, Brasília: Fundação Palmares/Minc, ano 1, n. 1, ago. 2005.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, M. (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 428-463.

GOES, P. **Quarto de despejo: autoficção e o mito do escritor**. São Paulo: PG Editorial, 2020.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HOOKS, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

JESUS, C. M. de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

JESUS, C. M. de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 25. ed. São Paulo: Ática, 1994.

JESUS, C. M. de. **Antologia pessoal**. Org. J. C. S. B. Meihy; rev. A. Freitas Filho. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

JESUS, C. M. de. **Onde estaes felicidade?** São Paulo: Me Parió Revolução, 2014.

LOURENÇO NETO, S. Modernização, crise e protesto popular: a questão do abastecimento nos anos 50. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais Eletrônicos**. São Paulo: ANPUH, 2011.

OLIVEIRA, M. J. de; SAMPAIO, J. C. C. de C.; SILVA, O. A. da. Entre e para além da literatura: um estudo da noção de “escrevivência”, de Conceição Evaristo. **Revista Nau Literária: Crítica e Teoria da Literatura em Língua Portuguesa**, Porto Alegre, v. 2, p. 166-194, 2021.

PEREIRA, E. B. Cronologia biográfica. In: BARCELLOS, S. (org.). **Vida por escrito: guia do acervo de Carolina Maria de Jesus**. Sacramento, MG: Bertolucci Editora, 2015. p. 24-30.

PINSKY, C. B. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINTO, C. S. A pobreza no período JK: um olhar a partir de **Quarto de despejo**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 2023.

SILVA, B. S. M. da. “Brasileirinhos fortes e saudáveis”: alimentação, puericultura e assistência social à seca no *Boletim da Legião Brasileira de Assistência* (1945-1964). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 83, e20240310, 2024.

SILVA, B. S. M. da. **Modernidade e assistência social no Brasil dos anos dourados: a atuação da Legião Brasileira de Assistência (1945-1964)**. Curitiba: CRV, 2020.

SILVA, L. M. N.; NUNES, C. O retrato do ônus da maternidade negra nas obras de Carolina Maria de Jesus e a denúncia das declarações de direitos autorais. **Anamorphosis – Revista Internacional de Direito e Literatura**, v. 2, e910, 2022.

ULTRAMARI, C.; ANDREOLI, M. C. Uma sexagenária da favela brasileira. **Produção e Desenvolvimento**, v. 7, e553, 2021.